

Continuação 8.1 - Relatório de Execução Orçamentária		
Relatório de Execução Financeira e Orçamentária - Exercício 2022		
Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Convênio	R\$ 13.620.000,00	-
Receitas Financeiras	R\$ 25.848,10	-
Outras Receitas	R\$ 25.561,69	-
Total das Receitas	R\$ 13.671.409,79	
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	R\$ 8.565.193,02	-
Serviços de Terceiros	R\$ 2.625.646,51	-
Materiais e Medicamentos	R\$ 264.607,17	-
Outras Despesas	R\$ 173.146,97	-
Total das Despesas	R\$ 11.628.593,67	

9 - Contribuições Sociais: A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar Nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal

usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2022 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 2.201.492,85 (Dois Milhões, Duzentos e Um Mil, Quatrocentos e Noventa e Dois Reais e Oitenta e Cinco Centavos). **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei Complementar 187/2021, a Entidade usufruiu no exercício de 2022, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em contas específicas no montante de R\$ 1.788.482,18 (Um Milhão, Setecentos e Oitenta e Oito Mil, Quatrocentos e Oitenta e Dois Reais e Dezoito Centavos). Em 2021, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou o valor de R\$ 1.846.839,70 (Um Milhão, Oitocentos e Quarenta e Seis Mil, Oitocentos e Trinta e Nove Reais e Setenta Centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Em 2022, a Entidade usufruiu da referida isenção, a qual encontra-se registrada em contas específicas no montante de R\$ 3.164,00 (Três Mil, Cento e Sessenta e Quatro Reais). Em 2021 por não haver o pagamento desses serviços, a unidade gerenciada não usufruiu de tal isenção. **9.3 - Isenção da Contribuição para o**

Financiamento da Seguridade Social (COFINS): A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2022 foi de R\$ 344.617,41 (Trezentos e Quarenta e Quatro Mil, Seiscentos e Dezessete Reais e Quarenta e Um Centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2021, esse montante foi de R\$ R\$ 342.139,76 (Trezentos e Quarenta e Dois Mil, Cento e Trinta e Nove Reais e Setenta e Seis Centavos). **9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento:** A Entidade usufruiu da isenção do Programa Integração Social (PIS) sobre folha de pagamento no ano 2022 o montante de R\$ 65.229,26 (Sessenta e Cinco Mil, Duzentos e Vinte e Nove Reais e Vinte e Seis Centavos). Em 2021 esse montante foi de R\$ 66.493,36 (Sessenta e Seis Mil, Quatrocentos e Noventa e Três Reais e Trinta e Seis Centavos). **10 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 (R1) encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela Entidade. A instituição possui apenas um tipo de trabalho voluntário, sendo o trabalho dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselheiros, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Em 2022, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.215,21; em 2021 estes valores apurados foram de R\$ 1.908,86. Em 2022 não houve outros trabalhos voluntários na unidade gerenciada. **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o Art. 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2.022.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira
Diretor-Presidente da SPDM

Dr. Luiz Fernando Haigag Djabraian
Diretor Técnico

Aline Fernanda dos Santos V. Custódio
Contadora - CRC 1SP 298438/O-8

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Núcleo de Gestão Assistencial Várzea do Carmo) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de

auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 31 de março de 2023.

Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

Dedini S.A. Administração e Participações e Controladas

CNPJ: 54.360.912/0001-01

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		2022	2021	2022	2021									
Ativo Circulante		183	181	1.476	2.144									
Caixa e equivalentes de caixa	9	24	22	71	82	Saldos em 1º de janeiro de 2021	60.888	22	84.268	147.310	(779.662)	(487.174)	(6.702)	(493.876)
Contas a receber de clientes	10	-	-	191	117	Realização da reserva de reavaliação	-	-	(299)	-	299	-	-	-
Estoques	11	54	54	54	360	Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(6.402)	6.402	-	-	-
Impostos a recuperar	12	1	1	715	1.147	Resultado do exercício	-	-	-	-	(16.078)	(16.078)	(169)	(16.247)
Despesas antecipadas	-	-	-	1	1	Saldos em 31 de dezembro de 2021	60.888	22	83.969	140.908	(789.039)	(503.252)	(6.871)	(510.123)
Outros créditos	14	104	104	444	437	Saldos em 1º de janeiro de 2022	60.888	22	83.969	140.908	(789.039)	(503.252)	(6.871)	(510.123)
Não circulante		34.137	35.217	432.546	443.165	Realização da reserva de reavaliação	-	-	(383)	-	383	-	-	-
Realizável a longo prazo:		22.769	21.482	209.094	204.265	Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(8.616)	8.616	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	1.244	1.752	Resultado do exercício	-	-	-	-	(53.147)	(53.147)	(377)	(53.524)
Mútuo financeiro	13	16.742	15.450	118.123	111.012	Saldos em 31 de dezembro de 2022	60.888	22	83.586	132.292	(833.187)	(556.399)	(7.248)	(563.647)
Impostos a recuperar	12	-	-	346	346	Demonstração de Resultados								
Depósitos judiciais	15	2	111	124	2.002	Nota explicativa	2022	2021	2022	2021				
Outros créditos	14	6.025	5.921	89.257	89.153	Receita	29	-	5.374	17.197				
Investimentos	17	1.096	1.085	430	442	Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	-	(14.319)	(20.398)				
Propriedades para investimento 18 e 19	10	10.160	12.538	148.070	151.363	Prejuízo bruto	-	-	(8.945)	(3.201)				
Imobilizado	20	-	-	74.774	86.917	Despesas de vendas	30	-	(22)	(96)				
Intangível	21	112	112	178	178	Despesas administrativas	30	(398)	(379)	(3.169)	(1.963)			
		11.368	13.735	223.452	238.900	Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	31	(13.113)	(386)	(16.052)	(780)			
Total do ativo		34.320	35.398	434.022	445.309	Resultado da equivalência patrimonial	17	11	90	-				
Passivo e patrimônio líquido Circulante		46.335	40.553	549.139	540.416	Provisão para perdas de investimentos	17	(36.467)	(15.465)	-				
Empréstimos e financiamentos	22	-	-	648	567	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos								
Fornecedores	23	8	96	684	1.404	Receitas financeiras	32	1.285	851	8.767	7.249			
Adiantamentos de clientes	13	63	287	287	320	Despesas financeiras	33	(5.122)	(787)	(38.858)	(20.978)			
Impostos e contribuições a recolher	24	43.591	40.247	225.800	221.405	Financeiras líquidas								
Parcelamento de impostos	25	110	109	307.580	305.596	Resultado antes dos impostos	(53.804)	(16.076)	(58.279)	(19.769)				
Outros parcelamentos de impostos	26	-	-	11.031	10.535	IR e contribuição social correntes	16	-	(3)	(3)	(28)			
Salários e férias a pagar	35	24	474	474	352	IR e contribuição social diferidos	16	657	1	4.758	3.550			
Outras contas a pagar	2.578	14	2.635	237	237		657	(2)	4.755	3.522				
Não circulante		544.384	498.097	448.530	415.016	Resultado do exercício								
Empréstimos e financiamentos	22	-	-	610	1.257	Resultado atribuível aos:								
Fornecedores	23	502	574	880	1.007	Acionistas controladores	(53.147)	(16.078)	(53.147)	(16.078)				
Parcelamento de impostos	25	768	770	50.775	52.761	Acionistas não controladores	-	-	(377)	(169)				
Outros parcelamentos de impostos	26	-	-	3.675	3.986	Resultado do exercício								
Mútuo financeiro	13	19.357	18.434	298.320	266.807	Demonstrações do Resultado Abrangente								
Provisão para perdas com investimentos em controladas	17	512.331	475.864	-	-	Controladora	2022	2021	2022	2021				
Provisão	27	-	-	11.796	11.593	Consolidado	2022	2021	2022	2021				
Passivos fiscais diferidos	16	1.619	2.276	72.667	77.425	Resultado do exercício	(53.147)	(16.078)	(53.524)	(16.247)				
Outras contas a pagar	9.807	179	9.807	180	180	Resultado abrangente total								
Patrimônio líquido		28	(556.399)	(503.252)	(563.647)	Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto								
Capital social	60.888	60.888	60.888	60.888	60.888	Controladora	2022	2021	2022	2021				
Reservas de capital	22	22	22	22	22	Fluxos de caixa das atividades operacionais	(53.147)	(16.078)	(53.524)	(16.247)				
Reservas de reavaliação	83.586	83.969	83.586	83.969	83.969	Resultado do exercício								
Ajuste de avaliação patrimonial	132.292	140.908	132.292	140.908	140.908	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais								
Prejuízos acumulados	(833.187)	(789.039)	(833.187)	(789.039)	(789.039)	Depreciação e amortização	3	4	10.996	11.624				
patrimônio líquido atribuível aos controladores		(556.399)	(503.252)	(556.399)	(503.252)	Baixa líquida do ativo imobilizado e intangível	-	-	1.900	-				
Participação de não controladores		-	-	(7.248)	(6.871)	Baixa de investimentos não realizáveis	-	-	12	-				
Total do passivo		590.719	538.650	997.669	955.432	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(151)	103	(154)	95				
Total do passivo e do patrimônio líquido		34.320	35.398	434.022	445.309	Resultado da equivalência patrimonial	(11)	(90)	-	-				
						Provisão para perdas de investimentos	36.467	15.465	-	-			</	